

# ESCOLA JUDICIAL

Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

Programa de Aperfeiçoamento

## Edital nº 002/2024

Torna pública a abertura de inscrições para curso, destinado ao aperfeiçoamento de Magistrados e Magistradas do Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE, credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM, para fins também de promoção por merecimento.

O Diretor Geral da Escola Judicial de Pernambuco - ESMAPE, Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna pública a abertura de inscrições para o Curso "**Aspectos práticos da LGPD e do processamento massivo de dados no contexto do Judiciário**", a ser ministrado na modalidade à distância.

### 1 Do curso:

**1.1 Nome:** Aspectos práticos da LGPD e do processamento massivo de dados no contexto do Judiciário

**1.2 Realização:** Escola Judicial de Pernambuco - ESMAPE

**1.3 Coordenador-Geral:** Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

**1.4 Coordenador Científico:** Juiz de Direito Sílvio Romero Beltrão

**1.5 Modalidade:** EAD

**1.6 Carga horária:** 20 h/a

**1.7 Público-alvo:** Magistrados e Magistradas do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

**1.8 Número de vagas:** 40

**1.9 Período de realização:** de 25 de março a 12 de abril de 2024

**1.10 Datas e horários das atividades:**

- **Aulas síncronas (ao vivo):** 25 e 26 de março e 01 e 02 de abril de 2024– 15h às 18h (Plataforma Cisco Webex)

- **Atividades práticas (assíncronas):** 25 de março a 12 de abril de 2024– livre acesso (Plataforma Moodle)

**1.11 Guia do Aluno:** Será encaminhado ao e-mail funcional do discente com a antecedência necessária para o regular andamento do curso.

### 2. Do conteúdo programático:

Tecnologia e dados pessoais: geração, captura, processamento e uso massivos de dados; fundamentos sobre tecnologias subjacentes: Inteligência Artificial (I.A.) e Ciência de dados; impactos da aplicação de tecnológicas na sociedade e na Justiça; histórico do contexto do Judiciário e TJPE; o papel das lawtechs/legaltechs; privacidade do indivíduo e a segurança dos dados. Algoritmos, Sociedade e Justiça: introdução sobre impactos algoritmos, direcionamento social através da visão de algoritmos como artefatos, ética algorítmica. Regulação e governança algorítmica: influências sobre a regulação, modelos e iniciativas, transparência algorítmica. Legislações sobre privacidade: Histórico e contexto atual; Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): fundamentos, principais pontos, aspectos da implementação na adm. pública, privacidade por desenho (privacy by design); Lei Geral de Proteção de Dados e Transparência; Introdução sobre soluções técnicas consequentes da LGPD: minimização, anonimização, criptografia.

Fundamentos sobre dados pessoalmente identificáveis. Coleta massiva de dados da população para direcionamento de políticas públicas: uma visão sobre a ótica das legislações de proteção de privacidade e impactos imediatos. Análise de decisões processuais do judiciário sobre a coleta e tratamento de dados à luz do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Lei Europeia) e da Lei Geral de Proteção de Dados. Visão geral sobre os papéis e responsabilidades, bem como a documentação exigida pela LGPD para as organizações que realizam tratamento de dados pessoais.

Cybersegurança e a Proteção de Dados: panorama atual, desafios e estratégias frente aos riscos cibernéticos na gestão de dados pessoais por organizações judiciais, cenários de ameaças digitais contemporâneas. Discussão sobre as implicações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e outras legislações pertinentes à cybersegurança. Abordagem de casos relevantes de vazamentos de dados e violações de segurança. Reflexão sobre a implementação de medidas de segurança por design e por padrão.

### 3. Bibliografia

AMCHAM Brasil e Pinhão e Koiffman Advogados. How To Comply With Data Protection and Tech Law in Brazil – Como estar em conformidade com as leis de proteção de dados e de tecnologia no Brasil. Publicação em parceria. Disponível para download em: [www.amcham.com.br/howto](http://www.amcham.com.br/howto)

- BAARS, Hans. HINTZBERGEN, Kees. HINTZBERGEN, Jule, Smulders, André. Fundamentos de Segurança da Informação. Com Base na ISO 27001 e na ISO 27002. Rio de Janeiro: Brasport, 2018.
- BIONI, Bruno. Proteção de Dados Pessoais - A Função e os Limites do Consentimento. Rio de Janeiro: Forense, 2018.
- BLUM, Rita P. Ferreira e MORAES, Helio Ferreira. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, capítulo 23 do livro Coordenado por André Castro Carvalho, Rodrigo de Pinho Bertocelli, Thiago Cripa Alvim, e Otavio Venturini. Manual de Compliance. Rio de Janeiro: Editora GenForense, 2020.
- BLUM, Rita Peixoto Ferreira. O Direito à Privacidade e à Proteção dos Dados do Consumidor. São Paulo: Almedina. 2018.
- CARVALHO, André Castro; SOUZA, Vinícius Lobianco e. Segurança da informação e resposta a incidentes de vazamento no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Revista do Advogado. n. 144. p. 154-162. Nov. 2019.
- COTS, Márcio e OLIVEIRA, Ricardo. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Comentada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.
- EUROPA. EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL. REGULATION (EU) 2016/679 of 27 April 2016 on the protection of natural persons with regard to the processing of personal data and on the free movement of such data, and repealing Directive 95/46/EC (General Data Protection Regulation).
- LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. A imprescindibilidade de uma entidade de garantia para a efetiva proteção dos dados pessoais no cenário futuro do Brasil. Tese de Livre Docência apresentada à Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2015.
- MALDONADO, Viviane Nóbrega e OPICE BLUM, Renato (Coords.) Comentários ao GDPR. Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.
- MALDONADO, Viviane Nobrega e OPICE BLUM, Renato (Coords.) Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Manual de Implementação, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.
- MALDONADO, Viviane Nóbrega e OPICE BLUM, Renato (Coords.). LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.
- MANOEL, Sérgio da Silva. Governança de Segurança da Informação: como criar oportunidades para o seu negócio. Rio de Janeiro: Brasport, 2018.
- MORAES, Hélio. Principais aspectos da Lei Geral de Proteção de Dados. Disponível online <https://direitoparatecnologia.com.br/lei-geral-de-protECAo-de-dados/>
- PECK, Patrícia Pinheiro. Proteção de Dados Pessoais – Comentários à Lei nº 13.709/2018 LGPD, 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
- SOLOVE, Daniel. J. Conceptualizing Privacy. In: California Law Review, vol. 90, Issue 4 (2002), pp. 1087 – 1156. YIN, Robert. Case study research: design and methods. 5 ed. Los Angeles: SAGE, 2014.
- TEIXEIRA FILHO, Sócrates Arantes. Segurança da Informação Descomplicada. Rio de Janeiro: Clube de Autores, 2019.
- WARREN, Samuel D.; BRANDEIS, Louis D. The Right to Privacy. In: Harvard Law Review, v.4, pp. 193-220, 1890.
- MASSENO, Manuel David. Das Consequências Jurídicas da Adesão do Brasil aos Princípios da OCDE Para a Inteligência Artificial, Especialmente Em Matéria De Proteção de Dados. Journal of Law and Sustainable Development, v. 8, n. 2, p. 113-122, 2020.
- CAZZANIGA, Mauro et al. Gen-AI: Artificial Intelligence and the Future of Work. Staff Discussion Notes, v. 2024, n. 001, 2024.
- RAJASEKHARIAH, K. M.; DULE, Chhaya S.; SUDARSHAN, E. Cyber security challenges and its emerging trends on latest technologies. In: IOP Conference Series: Materials Science and Engineering. IOP Publishing, 2020. p. 022062.

#### 4. Do Tutor Previsto

##### **Marcelo Ferreira de Lima**

Assessor de Gestão de Segurança da Informação SETIC/TJPE. Integrante do Comitê Gestor Nacional de Segurança da Informação do Poder Judiciário, do Comitê Permanente de Segurança Cibernética dos Tribunais de Justiça, do Comitê Gestor de Segurança da Informação do TJPE, da Equipe de Apoio ao Encarregado de Proteção do Dados do TJPE e da Equipe de Tratamento e Respostas a Incidentes do TJPE (ETIR). Mestre em Ciências da Computação na área de segurança da informação (UFPE); especialista em Auditoria de Sistemas e Informação (UFPE); especialista em Gestão Pública (IFPE); formação superior em Ciências da Computação (UNICAP). Certificado Exin ISO/IEC 27001 – ISFS. Docente em cursos de graduação e pós-graduação e instrutor da ESMape.

##### **Diego Augusto de Araújo Madeira**

Especialista em Gestão de Tecnologia da Informação. Tem experiência na área de Infraestrutura, Governança de TIC, Gerenciamento de Projetos e Segurança da Informação. Foi professor do curso de graduação em Bsc. Sistemas de Informação no Centro Universitário Joaquim Nabuco por 7 anos, da pós-graduação em Segurança da Informação na faculdade Ibratec, na pós-graduação em Gestão de TIC na Faculdade Europeia e da pós-graduação em Redes de Computadores na faculdade Estácio. É servidor do Tribunal de Justiça de Pernambuco desde 2012, onde atua na área de Segurança da Informação. É mestrando em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Pernambuco.

## 5. Das Inscrições e desistências:

**5.1** As inscrições estão abertas a partir da data da publicação deste edital, no Diário de Justiça Eletrônico (DJe), **até o dia 18 de março de 2024**.

**5.2** As inscrições devem ser realizadas exclusivamente por meio do site <https://www.tjpe.jus.br/web/escolajudicial/inscricoes>.

**5.3** Caso haja número maior de inscritos em relação ao número de vagas, será iniciada uma lista de espera em que serão observadas as ordens cronológicas das solicitações.

**5.4** Os Magistrados e Magistradas receberão, **exclusivamente**, em seu e-mail funcional a confirmação de sua inscrição. Após o prazo de inscrição, receberão novo e-mail, constando **o passo a passo ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) da Plataforma Moodle**, onde estará disponibilizado o link para transmissão das aulas síncronas (ao vivo) através da **Plataforma CISCO WEBEX**, bem como as orientações para realização das atividades práticas (assíncronas), além do material didático do curso.

**5.5** A desistência do magistrado de participar do curso deverá ser efetuada, também, exclusivamente, por meio do site <https://www.tjpe.jus.br/web/escolajudicial/inscricoes>. Será admitida a desistência **até 15 de março de 2024**

**5.6** A desistência informada pelo magistrado após o prazo final previsto em Edital, bem como, sua ausência, ocasionarão, salvo justo motivo a critério da Escola Judicial, o seu impedimento em participar de ações de capacitação/aperfeiçoamento ofertados pela Escola Judicial pelo prazo de 03 (três) meses, contados do dia do final do curso objeto de inscrição, conforme Provimento nº 03/2018 do Conselho da Magistratura, publicado no Diário de Justiça Eletrônico de 14 de dezembro de 2018.

## 6. Da avaliação do cursista:

**6.1** Será exigida frequência mínima de 75% relativa às aulas síncronas (ao vivo) e tal aferição se dará através de relatórios de entrada e saída gerados pela plataforma virtual a ser utilizada.

**6.2** A avaliação do cursista observará a participação nas aulas síncronas (item 6.1), bem como a realização das atividades assíncronas propostas pelo(s) tutor(es) atuante(s), podendo ser: interação nos fóruns de debates e a realização de atividades (Registro Reflexivo e/ou Estudo de Caso).

**6.3** As atividades práticas assíncronas serão realizadas dentro do Ambiente Virtual de Aprendizagem da Plataforma Moodle com atuação do(s) tutor(es) de modo a promover interação, provocar debates e dar feedbacks.

**6.4** Para cada atividade haverá uma pontuação. Serão atribuídos às avaliações os conceitos: ótimo, bom, regular ou insuficiente, equivalente à pontuação atingida.

**6.5** Serão considerados aptos os cursistas com frequência mínima e que obtenham o conceito global igual ou superior ao regular.

## 7. Das disposições gerais:

**7.1** É recomendado, para melhor experiência nos acessos aos Cursos, o uso do Google Chrome na versão atual e as configurações mínimas para o computador, como Processador de 1,3 GHz ou equivalente, 2GB de memória RAM, Resolução mínima 1024x768 pixels, sistema operacional Windows/Linux/MAC;

**7.2** Eventuais omissões deste edital serão decididas pela Diretoria Geral da Escola Judicial de Pernambuco - ESMAPE.

**7.3** Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 22 de fevereiro de 2024

**Des. Jorge Américo Pereira de Lira**

Diretor Geral da Escola Judicial de Pernambuco – ESMAPE

Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

Programa de Aperfeiçoamento

**Edital nº 003/2024**

Torna pública a abertura de inscrições para curso, destinado ao aperfeiçoamento de Magistrados e Magistradas do Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE, credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM, para fins também de promoção por merecimento.

O Diretor Geral da Escola Judicial de Pernambuco - ESMAPE, Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna pública a abertura de inscrições para o Curso **“Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência com o Uso do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense (PBEF)”** a ser ministrado na modalidade a distância.